

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis
Trabalho Interdisciplinar
5º Período Noite
Contabilidade de Custos
Planejamento Fiscal e Tributário
Projeto de Estágio Supervisionado
Sistema I
Teoria Avançada da Contabilidade

Projeção de Resultados com abrangem em custos,
finanças e incentivos fiscais

Daniele Damas Ferreira
Gilvan Lopes
Rafaela Dantas Rosário
Stephan Castro Silva
Theo Luiz de Almeida
Vinicius Rodrigues Amormino

Belo Horizonte
13 a 19 de outubro de 2011

Daniele Damas Ferreira
Gilvan Lopes
Rafaela Dantas Rosário
Stephan Castro Silva
Theo Luiz de Almeida
Vinicius Rodrigues Amormino

**Projeção de Resultados com abrangem em custos,
finanças e incentivos fiscais**

Artigo Científico apresentado às disciplinas: Contabilidade de custo, Planejamento fiscal e tributário, Projeto de Estagio supervisionado, Sistema I, Teoria avançada da contabilidade do 5º Período do Curso de Ciências Contábeis Noite do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da PUC Minas BH.

Professores: **Alex Diamante**
Fátima Maria Penido Drumond
José Ronaldo da Silva
Nivaldo Carvalho da Silva
Sebastião Alves Rodrigues

Belo Horizonte
13 a 19 de outubro de 2011

RESUMO

O presente artigo visa demonstrar o contexto tributário e a responsabilidade dos profissionais de contabilidade. Para esse fim foram feitas pesquisas, aplicando técnica de leitura analítica em textos individuais, e análises das demonstrações contábeis da sociedade pesquisada, com o objetivo de analisar o contexto tributário. Percebe-se que este assunto é muito importante, pois através de tal estudo e análise que se identifica a participação da sociedade empresária no governo e na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE

Custo de produção, regime tributário, Investimento, planejamento e profissional de contabilidade.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como foco fazer uma análise aprofundada da gestão fiscal, contábil e operacional para implementação e manutenção de empresas, tendo como estudo de caso a siderúrgica, **Usiminas**. Foram abordados os princípios contábeis e suas aplicabilidades em um contexto específico da empresa e também de uma forma ampla no cenário societário, frente a uma abordagem de gestão. Buscou-se de maneira intrínseca analisar e identificar na empresa quais suas obrigações assessórias em relação aos órgãos Municipais, Estaduais e Federais.

RTT-REGIME TRIBUTÁRIO DE TRANSIÇÃO

Em 28 de Dezembro de 2007 com a publicação da lei 11638 muitas (e significativas) mudanças começaram a ser observadas

no tocante a escrituração contábil, ou seja, foram adotados padrões internacionais de contabilidade (IFRS).

Mas tais mudanças alteram o critério de reconhecimento das receitas, custos e despesas incorridos no período, refletindo assim na apuração do lucro líquido do exercício, então em 27 de Maio de 2009 por meio da lei 11.941 foi introduzido o chamado RTT (Regime Tributário de Transição), que consiste em expurgar as alterações da recém criada lei 11638/07 da base de cálculo do IRPJ (Imposto de renda da pessoa jurídica) e da CSLL (Contribuição sobre o Lucro Líquido)

Essa opção está restrita a pessoas jurídicas optantes pelo Lucro presumido e pelo lucro real. A opção do RTT vale para o informe dos anos calendário 2008-2009, uma vez que em 2010 todas as empresas serão enquadradas neste regime.

Para enviar o informe por meio de RTT o profissional contábil deve ter escriturado os movimentos de acordo com os CPC's (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Na data de envio da DIPJ deve-se selecionar o lacuna Optante RTT, uma vez que se o contabilista não tiver adotado as novas normas não há necessidade de adaptação.

Os Impactos causados pela adoção das novas normas são realmente significativos no resultado da entidade, e cabe salientar essa discrepância analisando-se em separado alguns dos pronunciamentos elencados.

CPC12-Ajuste a Valor presente.

Os ativos e passivos podem ser reavaliados observando sua liquidez e exigibilidade. Tal ajuste pode afetar o resultado final da entidade, porque pode ocorrer a desvalorização de um ativo e o aumento de um passivo.

CPC 16-Estoques

Estoques utilizados como componentes do ativo imobilizado de construção própria podem ser registrados como despesa durante a vida útil do bem, isso não é admitido porque essa despesa reflete em diminuição do resultado.

CPC 27-Ativo Imobilizado

Depreciação com base na vida útil do bem - “essência sobre a forma “ Com a possibilidade de acelerar a depreciação dos ativos, além da porcentagem estabelecida pelo fisco, a entidade pode registrar um valor maior de despesa com depreciação, diminuindo assim o resultado contábil/fiscal.

CPC 29-Ativo biológico e produto agrícola:

As perdas e ganhos do ativo biológico somente eram reconhecidos no momento da realização, da venda de ativos, e os animais foram separados entre estoque e ativo imobilizado

Implantação de Custos e análise em uma entidade

Dentro do proposto, criou-se uma empresa com o nome Gerais do Aço S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Nova Lima - MG. A Sociedade tem como objeto a fabricação de produtos oriundos do aço, bem como seu aprimoramento para revenda. A sociedade empresaria adquire matéria prima de empresas fornecedoras de aço.

O Custos de uma entidade, pode-se destacar alguns termos que sistematicamente fazem parte da política da Sociedade no tocante a parte de custos. Bem como:

Desembolso: pagamento resultante da aquisição de bem ou serviço.

Investimento: gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s).

Custo: gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens e serviços.

Despesa: bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receitas.

Perda: bens ou serviços consumidos de forma anormal e involuntários.

Custos é o principal fator para formação de preço de um produto.

A sistemática de desenvolvimento do trabalho dentro da Sociedade, ela avalia seus estoques ao custo médio das compras ou de produção, levando em consideração todos os custos estimados para conclusão de seus estoques. O custo de estoque inclui gastos incorridos na aquisição e elaboração dos estoques. Tudo sendo incluído com base na capacidade normal de operação. A Sociedade é contribuinte do ICMS - IPI - PIS e COFINS em suas operações de compra e venda.

A Sociedade Gerais do Aço S.A. iniciou suas operações em 01 de Janeiro de 2010, tendo como data para fechamento de seu exercício, 31 de Dezembro de 2010. Para fins de avaliação e apuração dos Custos no exposto trabalho, será demonstrado o resultado final de custos da entidade no final de seu exercício.

Para abertura da Sociedade e futura integralização do Capital por parte dos Sócios, a Gerais do Aço S.A. investiu de maneira pé operacional, para fins de início de funcionamento. Entre taxas, honorários, adequações ambientais e outros custos, a entidade investiu cerca de R\$ 34.850,00. Conforme consta **anexo I**.

Para início de suas atividades, a Gerais do Aço S.A investiu na aquisição de máquinas para formação de seu parque industrial. Esse financiamento somado resultou num total de R\$ 5.154.833,72, conforme **anexo II** Agregado a eles estimou-se a vida útil desse imobilizado a uma taxa de depreciação anual de 10%. A depreciação totalizou um custo de R\$ 515.483.37 para a sociedade empresa.

Princípios Contábeis

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da

Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional.

Os princípios são aplicáveis à contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o Patrimônio das Entidades.

Entidade

O Princípio da entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por conseqüência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Continuidade

A continuidade ou não da entidade, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

A continuidade influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da entidade tem prazo determinado, previsto ou previsível.

Desta forma, por exemplo, bens ou direitos cujo valor contábil seja superior ao valor econômico, por força de obsolescência ou rescisão contratual, devem ser ajustados contabilmente.

Oportunidade

O Princípio da OPORTUNIDADE refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das

suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

Registro pelo Valor Original

Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da entidade.

Atualização Monetária

Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

A atualização monetária não representa nova avaliação, mas, tão-somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

Competência

As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

Prudência

O Princípio da prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a

quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

Observância Obrigatória

A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

Por exemplo, o princípio de competência, que exige o registro das receitas e despesas no período que ocorrerem, não pode ser substituído por adoção do regime de caixa (onde as receitas e despesas são registradas somente por ocasião de seu pagamento).

Custos

A contabilidade de custos é o ramo da contabilidade que se destina a produzir informações para diversos níveis gerenciais de uma entidade, como auxílio às funções de determinação de desempenho, e de planejamento e controle das operações e de tomada de decisões, bem como tornar possível a alocação mais criteriosamente possível dos custos de produção aos produtos.

A contabilidade de custos coleta, classifica e registra os dados operacionais das diversas atividades da entidade, denominados de dados internos, bem como, algumas vezes, coleta e organiza dados externos. Os dados coletados podem ser tanto monetários como físicos. Exemplos de dados físicos operacionais: unidade produzidas, horas trabalhadas, quantidade de requisições de materiais e de ordens de produção, entre outros.

Planejamento Tributário

O planejamento tributário, também conhecido como elisão fiscal é um ato preventivo que, dentro da estrita observação da legislação brasileira vigente, visa encontrar mecanismos que

permitam diminuir o desembolso financeiro com pagamento de tributos, tornando-se algo latente nas administrações empresariais. Sua finalidade baseia-se em evitar a incidência tributária, com o intuito de evitar a ocorrência do fato gerador do tributo, minimizando, assim, seu montante, no sentido de reduzir a alíquota ou a base de cálculo. Geralmente as grandes empresas possuem um comitê de planejamento tributário constituído por uma equipe de profissionais com conhecimentos específicos em contabilidade, direito, legislação tributária, administração de empresas e economia. Esta equipe busca formas de sobrevivência aos altos custos tributários existentes em nosso país, estudando claramente o perfil dos fornecedores da empresa, visando à diminuição de seu ônus. Tudo isso deve ocorrer antes mesmo da entrega da matéria-prima, insumos ou serviços, atentando-se aos efeitos econômicos e jurídicos e aos meios legais menos onerosos.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE NAS SOCIEDADES EMPRESAS:

PLANEJADOR TRIBUTÁRIO

Orientador de processos de redução da carga tributária nas áreas:

Estadual - ICMS e outros tributos; Federal - IPI, CPMF, IOF, COFINS, Imposto de Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas e outros tributos; Municipal - ISS e outros impostos, taxas e contribuições.

Especialista em Fusões, Incorporações, Cisões e Transformações de Empresas.

NOTA: O profissional de contabilidade atua também na investigação de fraudes fiscais e tributárias em que são

utilizados pelos infratores artifícios contábeis e operacionais como forma de redução da carga tributária. Atua ainda na descoberta de desfalques em entidades com ou sem fins lucrativos, em entidades públicas e em entidades de previdência privadas abertas e fechadas.

ANALISTA FINANCEIRO

Analista financeiro, Analista de Crédito e Cobrança, Analista de Desempenho Operacional, Analista do Mercado de Capitais, Analista de Investimentos, Analistas de Custos Operacionais e de Propaganda e, Mercadologia.

CONTADOR GERAL

Contabilidades de Custos ou Industrial

Contabilidade Bancária e das demais Instituições do Sistema Financeiro Nacional, incluindo as Cooperativas de Crédito, Administradoras de Consórcios para aquisição de bens e dos respectivos grupos de consorciados, Leasing - Arrendamento Mercantil, Administração de Fundos, clubes e Carteiras de Investimentos, Factoring ("Fomento Mercantil") e Forfaiting (Financiamento de Exportação e Importação)

Contabilidade de Seguros e de Entidades de Previdência Privada Abertas e Fechadas, incluindo Institutos de Seguridade Social;

Contabilidade de Produtor Rural e de Cooperativas Rurais;

Contabilidade Hospitalar, Clínicas Médicas e de Planos de Saúde;

Contabilidade Imobiliária e de Construção Civil, Naval e Aeronáutica;

Contabilidade de Turismo e Hotelaria;

Contabilidade de Condomínios, "Shopping Center" e Administração de Bens;

Contabilidade de Transportes Terrestres, Marítimos e Aéreos;

Contabilidade Comercial e de Redes de Lojas e Hipermercados;

Contabilidade de Extração Mineral, Vegetal e de Exploração de Recursos Hídricos;

Contabilidade Fiscal e Tributária;

Contabilidade Financeira e Gerencial;

CARGOS ADMINISTRATIVOS

Analista Financeiro e de Custos, Tesoureiro, Dirigente Financeiro e de Custos, Operador de Comércio Exterior, Executivo nas Áreas de Contabilidade, Administração Financeira e de Pessoal, Dirigente de Empresas ou Empresário, Analista ou Dirigente na Área de Informática e Processamento de Dados.

AUDITOR INTERNO

Auditor de Custos e Sistemas Operacionais, Auditor Fiscal e Tributário, Auditor de Gestão Administrativa e Financeira e de Controle Orçamentário, Auditor de Processamento de Dados e de Sistemas de Informática, Auditor de Fraudes Financeiras e Documentais (Desfalque).

CONTADOR DE CUSTOS

Analista de Custos de Empresas Industriais, Analista de Custos de Empresas Comerciais, Analista de Custos de Empresas Prestadoras de Serviços, Analista de Custos de Empresas Mineradoras e de Extração Vegetal, Analista de Custos de Empresas de Transportes Terrestres, Marítimos e Aéreos, Analista de Custos de Gestão Administrativa e Financeira e seu Controle (Contabilidade Orçamentária), Analista de Custos do Serviço Público Federal, Estadual e Municipal.

CONTADOR GERENCIAL

Controladoria em Nível de Diretoria de Empresas, Contabilidade Internacional, Controladoria de Custos e Orçamento, Contabilidade Ambiental e Social, Contabilidade e Controladoria Estratégica.

ATUÁRIO

Contador Especialista em: Previdência Privada Aberta ou Fechada (Fundos de Pensão); Seguro Saúde - Planos de Saúde; Previdência Pública Federal, Estadual ou Municipal; Seguros Gerais: Terrestres, Marítimos e Aéreos.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE COMO AUTÔNOMO:

AUDITOR INDEPENDENTE

Auditor de Sociedades de Capital Aberto, Auditor de Entidades do Sistema Financeiro Nacional, Auditor Fiscal e Tributário, Auditor de Fraudes Financeiras Nacionais e Internacionais (Desfalques), Auditor de Custos e Orçamento, Auditor de Sistemas Operacionais e de Processamento de Dados.

CONSULTOR

Na Avaliação de Empresas e demais Entidades, Fiscal e de Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Contribuições Previdenciárias e de Encargos Trabalhistas, Planejamento Tributário e Fiscal, Custos para fins de Planejamento, Qualidade e Produtividade, Planejamento Estratégico e Orçamentário, Em Processamento de Dados, Informática e Sistemas Operacionais.

EMPRESÁRIO CONTÁBIL

Escritório de Contabilidade e de serviços fiscais, tributários e de encargos trabalhistas e previdenciários e centro de Treinamento nas áreas: Contábil, Fiscal e Tributária, Trabalhista e de Previdência Social, Administrativa e de Controles de Estoques e Custos.

PERITO CONTÁBIL

Perito Contador nas áreas: Judicial de Falências e Concordatas, Extrajudicial de Intervenções, Liquidações e Administração Especial decretadas pelo poder público, Judicial Trabalhista e Fiscal.

INVESTIGADOR DE FRAUDES

Analista de Fraudes Operacionais e Financeiras contra a Empresa, fraudes Fiscais e Operacionais contra o Fisco, operacionais e Financeiras contra Terceiros, fraudes em Operações de Fomento Comercial e Arrendamento Mercantil, Fraudes no Sistema Financeiro Nacional, Analistas Financeiras Internacionais.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE NO ENSINO:**PROFESSOR**

Em Cursos Técnicos, Treinamento em Empresas, Reciclagem para participação em Concursos Públicos e Faculdades (quando tiver título de Mestre ou Doutor).

PESQUISADOR

Pesquisa Autônoma para empresas, Autônoma para Entidades de Pesquisa Científica e Tecnológica na Área de Contabilidade e Auditoria, Sindicatos e Instituições de Ensino.

ESCRITOR

Artigos na área contábil para revistas e boletins de circulação restrita, livros didáticos nas áreas de contabilidade e auditoria, área contábil, fiscal e tributária para revistas e jornais de grande circulação, e revisor de livros sobre contabilidade, auditoria e matérias correlatas.

PARECERISTA

Professor e pesquisador na área contábil e de auditoria, do poder judiciário, emitir pareceres sobre: Laudos de Perícias Contábeis, Causas Judiciais envolvendo Operações de Empresas, Avaliação de Empresas e Questões Contábeis. Análise de Teses Contábeis, serviço Público em processos administrativos que envolvam matéria relativa à contabilidade e à fiscalização com base na contabilidade.

CONFERENCISTA

Realização de palestras em: Universidades, Colégios, Academias e Escolas, empresas e demais Entidades Públicas e Privadas.

Participação como apresentador de teorias, teses, monografias, técnicas e pesquisas relacionadas à contabilidade em: Empresas, congressos, seminários, convenções.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE EM ÓRGÃO PÚBLICO:

CONTADOR PÚBLICO

Contabilidade Pública ou Governamental Federal, Estadual e Municipal, controladoria da União, dos Estados e Municípios, tribunais de Contas da União, dos Estados e Municípios, gerenciar as Finanças de Órgãos Públicos nas esferas: Federal, Estadual e Municipal.

Assessor de Prefeitos no Gerenciamento da Responsabilidade Fiscal e na Fiscalização do emprego de Verbas Estaduais e Federais.

AGENTE FAZENDÁRIO OU AUDITOR FISCAL

Agente ou Auditor Fiscal de Rendas de Municípios, de Rendas dos Estados da Federação ou da União.

Auditor, Inspetor ou Analista do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários e de órgãos semelhantes.

Agente ou Auditor Fiscal da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência.

Agente ou Auditor Fiscal da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Agente ou Auditor Fiscal dos Tribunais de Contas dos Estados, dos Municípios e da União.

A contabilidade (diário e razão) e seus livros fiscais e demais auxiliares.

A documentação contábil, relatórios de processamento eletrônico de operações e demais documentos de suporte à contabilidade.

Os demonstrativos contábeis (balanço patrimonial, balancetes de verificação, relatórios e pareceres de auditores independentes e demais demonstrativos auxiliares).

TRIBUNAL DE CONTAS

Controladoria Pública - União, Estados e Municípios, fiscalização de Órgãos da Administração Pública, perícia de Fraudes ao Erário Público, inclusive em Licitações Públicas, auditoria Pública, análise de Contas Públicas, contabilidade Orçamentária, análise, Controle e Avaliação do Patrimônio Público.

OFICIAL CONTADOR

Policial Militar, oficial Intendente do Exército, intendente da Marinha, intendente da Aeronáutica, contador e Auditor com patente de General de Divisão e oficial Especializado em Logística

Projeto e desenvolvimento, obtenção, armazenamento, transporte, distribuição, reparação, manutenção e evacuação de material (para fins operativos ou administrativos);

Recrutamento, incorporação, instrução e adestramento, designação, transporte, bem-estar, evacuação, hospitalização e desligamento de pessoal;

Aquisição ou construção, reparação, manutenção e operação de instalações e acessórios destinados a ajudar o desempenho de qualquer função militar;

Contrato ou prestação de serviços.

Software Escolhido:

Sistema de Gestão Sapiens

Nome do Fabricante:

Sênior Sistema.

A Sênior é uma das maiores desenvolvedoras de software para gestão empresarial do Brasil. As soluções de Gestão Empresarial (ERP), Gestão de Pessoas (RH), Gestão de Acesso e Segurança, Tecnologia da Informação, Gestão Estratégica e Serviços são direcionadas a clientes de todos os portes e têm como objetivo garantir total domínio sobre informações e processos empresariais

Texto Explicativo sobre o software escolhido:

O Sapiens Gestão Empresarial é um sistema desenvolvido pela Sênior, é um software ERP, ou seja, um Sistema Integrado de Gestão Empresarial. A solução é capaz de reunir todos os dados e processos de uma organização, como os procedimentos administrativos, financeiros, comerciais, industriais e logísticos. É um sistema moderno, eficiente e flexível, em que um só lançamento alimenta com informações toda a empresa. Para isso, foi dividido em oito grandes áreas que são capazes de atender os mais diversos segmentos empresariais.

O Sapiens proporciona às empresas gestões que apóiam gerentes e diretores na tomada de decisões, desde a entrada do pedido à gestão de clientes, contratos, produção e faturamento. Com grande versatilidade, atende com extrema eficiência a diversos segmentos de negócios nas áreas administrativas, financeiras, comercial, industrial, logística, recursos humanos, além de atender segmentos específicos.

Na área de **Suprimentos**, o Sapiens controla e acompanha todo o processo de compra, recebimento, contrato e estoque dentro de uma organização.

Com procedimentos totalmente automatizados, a solicitação de compra tem como foco a busca pela melhor opção de aquisição, por meio de orçamentos para definir qual será o fornecedor. Quando o sistema identifica a escolha mais adequada, a ordem é efetivada para a empresa que oferece o melhor preço. Com essa integração dos processos, o sistema repassa ao financeiro e ao controle de estoques a ordem de compra para que sejam informados da operação.

Na área de **Finanças**, o Sapiens executa processos rápidos e exatos que permitam visibilidade total das operações financeiras. Essa gestão financeira contempla processos como: contas a pagar e a receber, tesouraria, conciliação bancária e fluxo de caixa, aplicação financeira, empréstimos e financiamento, projeção da carteira de pedidos e compras, plano financeiro e gestão orçamentária

Na área de **Controladoria**, o Sapiens relaciona aspectos legais e fiscais de uma empresa de forma muito eficiente integrando dados da área de contabilidade, tributos/impostos e gestão patrimonial. A ferramenta controla os processos de lançamentos contábeis, apuração do resultado contábil, plano de contas contábil, orçamento contábil integrado com sistemas como de vendas, estoques e financeiros que vão gerar lotes contábeis para seus respectivos lançamentos. O próprio sistema faz toda a auditoria nos processos após sua conclusão.

A solução também gera arquivos fiscais como o Sped contábil, o Sped fiscal e as visões contábeis, escrevem os diversos demonstrativos de resultados com vínculos a contas contábeis. Com as visões contábeis, podemos criar visões de resultados em vários formatos. A funcionalidade de gestão de

tributos reúne os impostos que a empresa precisa apurar no final de cada exercício, onde é feita a escrituração todos os livros de entrada e saída exigido pelo fisco. A função gestão do patrimônio permite fazer todo o controle fiscal relacionado à depreciação dos bens do ativo imobilizado. O sistema faz a atualização patrimonial e o processo de inventário por centro de custo.

Na área de **Custos**, as operações de uma empresa estão cada vez mais complexas. É por isso que o Sapiens foi desenvolvida para tornar as operações mais ágeis e fáceis. O módulo de Custos engloba as seguintes gestões: custo para o comércio, custos da indústria e contabilidade de custos.

Em custos para o comércio, o ERP da Sênior automatiza todos os fatores que influenciam na formação do preço final. Ele permite analisar diversos eventos para formar a margem de contribuição ideal para a formação do valor. Outros fatores ajudam na análise de desempenho, como necessidade de aumento, ponto de equilíbrio e preço de vendas com diversos lucros.

O custo para a indústria analisa a ficha técnica e os apontamentos de horas para gerar o preço ideal de venda, gerando um custo padrão para formatar a tabela de vendas.

A contabilidade de custos apura o custo real do produto, confrontando com o custo padrão e analisa gerencialmente os desvios das matérias-primas consumidas na fábrica pelo que foi indicado na ficha técnica. Além disso, analisa os tempos utilizados pelo que foi apontado. Também possibilita a utilização do custo alternativo. A contabilidade de custos traz em tempo real o que realmente foi executado na fábrica e faz a precificação ideal para a empresa obter o lucro real.

Principais Relatórios de Projeção

- Permite a definição e a emissão de modelos de relatórios com quaisquer informações da base de dados, inclusive com suporte a gráficos. Os relatórios podem ser visualizados em tela e armazenados em diferentes formatos: texto, gráfico ou HTML.
- Consultas: permite ao usuário definir suas próprias consultas para visualização das informações em tela.
- Sistema de Análise Gerencial: permite ao usuário manipular informações gerenciais e estatísticas, de forma rápida e dinâmica, através de visões.
- Permite roteiros de fabricação com tempos e múltiplas opções por operação.
- Identifica e atribuem consumos de matérias-primas e produtos intermediários.
- Cadastra planos de contas modelos e por empresas,
- Disponibiliza os relatórios gerenciais de acompanhamento mensal e anual;
- Possibilita a visualização do orçamento por conta financeira e centros de custos;
- Gera o relatório do fluxo de caixa com base nas contas financeiras

Emite o relatório no qual possibilita o acompanhamento do orçado x realizado das contas.

CONCLUSÃO

Através do desenvolvimento do presente artigo, analisados pela Atividade privativa da contabilidade, onde aborda toda uma administração de materiais da empresa, desde a compra dos

produtos até o consumidor final, abordando todos os custos deste processo.

Logo, pode-se concluir que é de suma importância o planejamento tributário para que a organização funcione adequadamente segundo os parâmetros legais e com o objetivo de não somente ser satisfatória a seus empregados e a terceiros, mas também, zelar pelo seu código de ética, que faz com que seus empregados busquem o desenvolvimento com qualidade do atendimento dos serviços prestados pela entidade.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC T 15: Informações de Natureza Social e Ambiental. Brasília, 2004.

FERNANDES, J.W.N. A gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável sob a ótica da contabilidade. IN: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE. 2000, Goiás. Conselho Federal de Contabilidade.

FRANCO, Hilário. A contabilidade na era da globalização. São Paulo: Atlas, 1999.

LAURETTI, Lélío. Relatório Anual. São Paulo: Saraiva, 1998.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Secretaria da Receita Federal do Brasil. **Arrecadação por estado (mês a mês) - anos anteriores**. Disponível em: <<http://www.receita.fazendag.gov.br/historico/arrecadação/porestado>>. Acesso em setembro 2011.

Site NUCA- Núcleo de Computação e Audiovisual do Instituto de Economia. Disponível em: <<http://www.nuca.ie.ufrj.br>> Acesso em setembro 2011.

Site **www.cpc.org.br** Acesso em setembro 2011

Site FIPECAF. Disponível em: <<http://www.fipecaf.org.br>> Acesso em 28 de Agosto. 2011.

YOUNG, Ernest &, Fipecaf. **Manual de normas Internacionais de contabilidade**. IFRS versus normas Brasileiras.

